

## **CRESCENDO APROVEITANDO AS OPORTUNIDADES OU COMO OBTER UMA NOVA LIDERANÇA EXPORTADORA ATRAVÉS DO AGRONEGÓCIO**

Ailton Barcelos Fernandes <sup>1</sup>

O agribusiness ou agronegócio, em português, envolve as atividades de produção agrícola propriamente ditas (lavouras, pecuária, extração vegetal), aquelas ligadas ao fornecimento de insumos nas ligações para trás (backward linkages), as relacionadas com o processo agroindustrial e as que dão suporte ao fluxo de produtos até a mesa do consumidor final, nas ligações para a frente (forward linkages).

Nesse sentido, no suporte à produção vinculam-se com o setor agrícola as indústrias de fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos agrícolas, financiamentos (crédito rural para investimento e custeios), pesquisa agropecuária e os transportes desses insumos. Na fase de distribuição e processamento vinculam-se os transportadores dos produtos agrícolas, a agroindústria, os agentes financeiros que apoiam a comercialização, os armazenadores e o comércio (atacado e varejo), neste último encaixando-se inclusive o importante subsetor de alimentação comercial (restaurantes, lanchonetes, bares, etc.).

Esse conceito de agronegócio tem implicações profundas na organização econômica das nações, particularmente do Brasil, pois mostra a dimensão estratégica da agricultura. Dentro desse conceito o setor agrícola não é visto como uma atividade estanque, cujo valor adicionado representa apenas uma pequena parcela do Produto Interno Bruto (PIB), que decresce com o desenvolvimento econômico.

Nele, o setor agrícola é visto como o centro dinâmico de um conjunto de atividades que presentemente representa mais de 40% do PIB (cerca de US\$ 321,2 bilhões) e é responsável pelo emprego da maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil. Estima-se que só a produção agrícola propriamente dita emprega mais de 18,2 milhões de pessoas (26% da PEA). Alguns estudos sugerem que para cada ocupação na produção agrícola corresponde uma ocupação no restante do agronegócio <sup>2</sup>, o que significa que no agronegócio são empregados mais de 36,4 milhões de pessoas ou 52% da PEA.

Embora não se disponha de dados precisos, tudo indica que essas estatísticas são bastante conservadoras, considerando que o PIB da Agricultura é de US\$ 81,1 bilhões e o do resto do agronegócio, onde existem várias atividades intensivas de trabalho (como transportes, restaurantes, mercearias, feiras, açougues, padarias e o próprio supermercado) chega a US\$ 240,7 bilhões.

Além disso, pode-se argumentar que médias e pequenas cidades vivem em função das atividades agrícolas, que delas extraem a renda e os empregos de suas populações. Suas pequenas e médias indústrias são, via de regra, transformadoras e processadoras de produtos agrícolas; as demais indústrias, quando existentes (cerâmicas, materiais de transportes, movelarias, etc), produzem para uma população que ali se encontra em decorrência das

atividades agrícolas; o comércio, da mesma forma, ou intermedia produtos originários da agricultura ou bens para abastecer pessoas que ali se encontram também em função da agricultura; finalmente os serviços - públicos e privados - existem para satisfazer uma demanda que originou-se da renda direta da agricultura ou das atividades dela derivadas.

O desenvolvimento do agronegócio no Brasil, como era de se esperar, acompanhou o desenvolvimento da produção de grãos, iniciado em larga escala a partir de meados da década de sessenta. Antes, a economia agrícola brasileira era caracterizada pelo predomínio do café e pela pouca importância que se dava ao projeto de se utilizar a imensa base territorial brasileira na produção de grãos. A produção de alimentos básicos, como milho, arroz e feijão era voltada para a subsistência, e realizada de forma rudimentar, sem as "backward linkages" e os poucos excedentes dirigidos eram insuficientes para formar uma forte cadeia de agronegócio com os "forward linkages" conhecidos hoje.

Na realidade, durante muitos anos, a obsessão pela industrialização pura inibiu a diversificação e expansão das exportações agrícolas, aumentou mais ainda a dependência no café (e em menor escala no açúcar) para a geração de divisas, e tolheu o desenvolvimento do agronegócio no País, como ocorreu em outros países com forte vocação agrícola, como a Austrália, Nova Zelândia, França e Estados Unidos.

O grande crescimento da produção de grãos (principalmente da soja) foi a força motriz no processo de transformação da agricultura brasileira e portanto de expansão e fortalecimento do agronegócio. Entre 1965 e 1980 a produção de grãos passou de 25,10 milhões de toneladas para 79,8 milhões de toneladas, um crescimento de 216%. O melhor desempenho ficou por conta da soja cuja produção em 1965 era praticamente inexistente, em 1970 atingiu mais de 5 milhões de toneladas, em 1980 passou para, 1,16 milhões e em 1998, para 30,9 milhões.

Quanto aos demais grãos, cabe ressaltar que, até recentemente, o trigo estava sujeito a forte intervenção governamental. Por muito tempo, os incentivos dados ao trigo foram tão elevados que, no início, a notável expansão da soja foi um efeito direto (e de certa forma inesperado) da produção de trigo, devido ao sistema de rotação entre as duas culturas (double cropping). Entre 1965 e 1980, a produção passou de 580 mil toneladas para 2,70 milhões de toneladas (365% de acréscimo). Após atingir mais de 6 milhões de toneladas em meados dos anos oitenta, decresceu para apenas 2,87 milhões em 1997.

Dos chamados produtos de consumo interno, apenas o milho apresentou um desempenho razoável, com nítida tendência de crescimento. A produção evoluiu de 12,11 milhões de toneladas em 1965 para 32,5 milhões em 1998 (168,4% de aumento).

Os efeitos dinâmicos da produção de grãos foram logo sentidos em toda a economia. Inicialmente surgiu, gradativamente, um imenso parque industrial para o esmagamento da soja e outros grãos, para a extração do óleo e do farelo. A disponibilidade de grande quantidade de farelo de soja e milho permitiu o desenvolvimento de uma moderna e sofisticada estrutura para a produção de suínos e aves bem como a instalação de grandes frigoríficos para a sua industrialização. Foi criado também um sistema eficiente de suprimento de insumos modernos (fertilizantes, defensivos, maquinários agrícolas, etc) e um sistema de distribuição que inclui desde as grandes cadeias de supermercados até os pequenos varejistas locais.

Embora a produção de grãos em larga escala tenha sido o carro chefe, outros setores da agricultura tiveram também um papel importante na expansão e fortalecimento do agronegócio nacional. Entre os mais importantes pode-se destacar a produção de açúcar e álcool, de suco de laranja e de frutas e legumes. A produção de couros e peles permitiu o

surgimento de um sofisticado parque industrial para a fabricação de sapatos, bolsas e outros artefatos de couro.

Podemos viver uma fase auspiciosa no momento em que governo federal estabelece a meta ousada de aumentar as exportações para mais de US\$ 100 bilhões no ano 2002, quando as projeções estatísticas sugerem US\$ 80 bilhões e sabemos que no ano passado (1997) foram exportados US\$ 53 bilhões. Dadas as condições privilegiadas do Brasil em termos de potencial agrícola, não resta dúvida que o sucesso vai depender fundamentalmente do desempenho do agronegócio. Em 1997 as exportações agrícolas brasileiras de US\$ 18,8 bilhões (incluindo pasta de madeira, couros e peles e fios de algodão) representaram 35,5% das exportações totais. Tudo indica que para alcançar a meta acima essa participação tem que subir bastante, digamos para cerca de 45% (US\$ 45 bilhões), um crescimento de 139% especificamente nos agronegócios.

Quais os segmentos do mercado agrícola mundial que aparentemente apresentam as melhores condições para o agronegócio brasileiro ampliar, em larga escala, sua presença? Analisando-se lista dos dezesseis produtos com exportações mundiais acima de US\$ 8 bilhões em 1996 <sup>3</sup>, dependendo da conjugação de esforços e do setor público com o agronegócio, o país tem boas chances, por exemplo, de reverter o quadro adverso no setor de lácteos e no algodão e tornar-se, mesmo no curto prazo, grande exportador, ao invés de grande importador, desses produtos.

No caso da carne bovina, conforme dados preliminares, em 1997 as exportações mundiais totalizaram US\$ 18,3 bilhões. Apesar de ter o segundo maior rebanho do mundo (só perde para a Índia que, por questões religiosas, não consome carne bovina), o Brasil participou com apenas 2,3% das exportações mundiais. É evidente que eliminando-se alguns entraves de natureza fitossanitária e organizando-se um sistema eficiente de promoção comercial (ênfatisando inclusive o perfil naturalista do gado brasileiro, criado solto em pastagens), as exportações brasileiras de carne podem chegar a US\$ 4 ou 5 bilhões, e contribuir com mais de 20% do total mundial.

Segundo os mesmos dados, as exportações mundiais de frutas em 1997 chegaram a US\$ 22,9 bilhões, das quais o Brasil participou apenas com US\$ 124, 7 milhões, ou seja, 0,54%. E do conhecimento geral o grande potencial do Nordeste para a fruticultura. Por aliar a alta elasticidade-renda com qualidades dietéticas, que os tornam cada vez mais recomendados para contrabalançar o consumo per capita mundial crescente de gorduras e carboidratos, o complexo de frutas é o segmento do mercado agrícola que apresenta as melhores perspectivas de crescimento em futuro próximo. Entre 1990 e 1997, as exportações passaram de US\$ 13,1 bilhões para US\$ 22, bilhões (74, 8% de crescimento). É evidente que o Brasil pode contribuir com pelo menos 20% dessas exportações e exportar mais de US\$ 2,2 bilhões/ano), superando em muito o Chile, que exporta mais de US\$ 1,5 bilhão ao ano.

No complexo soja as exportações mundiais chegaram a US\$ 22, 3 bilhões em 1997. O Brasil é o segundo maior exportador e contribuiu com quase 25,5% do total em 1996 (US\$ 5, 7 bilhões). Apesar do País ser "price maker", ou seja, ter influência nas cotações internacionais, o grande potencial para a soja nos cerrados e o crescimento da demanda por proteínas mostram que o Brasil deve tentar alcançar US\$ 9 bilhões nas exportações de soja e aumentar sua participação no mercado mundial para mais de 35%.

No caso do açúcar, as exportações mundiais chegaram a US\$ 13 8 bilhões em 1997, e o Brasil participou com 13,5% (US\$ 1,1 bilhão). Como na soja, o potencial para aumentar a produção de açúcar é muito grande. Essa possibilidade de certa forma assusta o mercado internacional. Todavia a participação do Brasil ainda é pequena, e tudo indica que vale o

esforço e o risco para se chegar a pelo menos 25% nos próximos cinco anos, ou seja, dobrar as exportações.

O valor das exportações mundiais de milho chegou a US\$ 13,7 bilhões e o Brasil praticamente nada exportou. A potencialidade brasileira para o milho e a mudança que vem ocorrendo na estrutura produtiva, com ganhos significativos de produtividade, levam a crer que o País pode alcançar US\$ 1,5 bilhão nas exportações de milho, sem prejudicar o consumo doméstico.

No tocante à carne suína as exportações totais chegaram a US\$ 17,0 bilhões e o Brasil participou com menos de 1% (US\$ 121,7 milhões). É a carne mais consumida no mundo e a segunda mais exportada. Como na carne bovina, algumas medidas na área fitossanitária e de promoção comercial podem levar o Brasil a alcançar pelo menos 10% das exportações mundiais.

Quanto ao café, a posição brasileira é mais sensível. O País já contribui com mais de 20% das exportações mundiais, que totalizaram US\$ 12,1 bilhões em 1997. Trata-se de um mercado muito competitivo, altamente dependente de publicidade. Dessa forma, um aumento significativo na participação do Brasil vai depender bastante de um eficiente sistema de promoção comercial. De qualquer forma tudo indica que vale investir para que a participação brasileira chegue a 30 ou 35% em 2002.

As exportações brasileiras de carne de frango, em 1997, foram de US\$ 875,8 milhões, mais 7% das exportações mundiais que totalizaram US\$ 12,4 bilhões. O consumo de carne de frango foi o que mais cresceu no mundo nos últimos 7 anos (210%). As projeções indicam que esse crescimento tende a persistir em anos vindouros, principalmente nos países em desenvolvimento. Portanto ainda existe bastante espaço para o Brasil pelo menos duplicar suas exportações.

No complexo do cacau, cujas exportações mundiais chegaram a US\$ 10,2 bilhões (fora o chocolate), o Brasil exportou apenas US\$ 218,9 milhões (cerca de 2,2%). Embora existam graves problemas de doença afetando as regiões produtoras, em virtude das novas pesquisas extremamente bem sucedidas na área dos clonados imunes à vassoura de bruxa e da importância histórica do cacau na pauta das exportações brasileiras, tudo leva a crer que o País tem condições de retomar as exportações de cacau em larga escala e aumentar sua participação para, no mínimo, 10% das exportações mundiais.

Além desses segmentos, existem outros de menor dinamismo no mercado internacional, mas nos quais o Brasil reúne condições de pelo menos dobrar as exportações, como no caso do complexo fumo, de couros e peles, produtos extrativos, castanhas, pescados, bebidas etc.

Logicamente, para alcançar a meta de exportar mais de US\$ 100 bilhões no ano 2002, o governo precisa adotar várias medidas de grande alcance, tanto no âmbito doméstico como no internacional, para criar um ambiente econômico favorável para as empresas, principalmente para aquelas do agronegócio, que têm sido as mais penalizadas pelos elevados custos de transação existentes no Brasil e pelo pouco suporte oficial no exterior.

No âmbito doméstico as medidas são bem conhecidas. Envolvem basicamente a modernização da infra-estrutura (sistema viário e portos), mudança na estrutura tributária e nas leis trabalhistas.

Os problemas de infra-estrutura estão sendo resolvidos por meio da privatização da malha ferroviária e de projetos para a utilização das hidrovias e da privatização dos portos. No entanto, dada a rapidez e a forma com que os fatos que afetam o comércio exterior estão acontecendo, e a importância que a logística tem nos custos de transação dos produtos brasileiros (notadamente agrícolas), o processo está sendo conduzido de forma excessivamente morosa. Para dar uma idéia do peso da infra-estrutura, basta dizer que o custo para se embarcar uma tonelada de soja em Nova Orleans é apenas 25% do custo do embarque do mesmo produto no porto de Paranaguá, e o custo para se transportar esse produto entre as regiões produtoras dos EUA e o porto de embarque (média de 2.000 km) por meio de hidrovias, é de apenas US\$ 16, 00 a tonelada, enquanto no Brasil chega a US\$ 80,00/t.

Na área tributária a recente eliminação do ICMS nas exportações, sem dúvida, foi um passo positivo para melhorar a posição competitiva dos produtos brasileiros. Na realidade, até o momento, foi o único fato efetivamente relevante nesse sentido.

São também conhecidos os problemas e os entraves causados pela legislação que regula as relações de trabalho, antiquada, complexa e paternalista. No Brasil, a legislação trabalhista é o maior fator de estímulo à proliferação da economia informal em nível nacional e talvez um dos mais importantes fatores de entrave ao crescimento e modernização da economia brasileira e, portanto, do nível de emprego e das exportações. Na China, apesar do regime socialista, uma ampla reforma das leis trabalhistas foi parte da estratégia de implantação do novo modelo de desenvolvimento chinês. Portanto, para melhorar a competitividade dos produtos brasileiros e atrair investimentos diretos em áreas voltadas para o comércio exterior é necessário considerar uma profunda reforma das leis trabalhistas.

Na área externa as medidas podem ser divididas em duas categorias. A primeira envolve a implantação de um eficiente sistema de promoção comercial e a segunda, de uma diplomacia comercial mais dinâmica e agressiva.

O sistema de promoção comercial já é utilizado em larga escala pelos grandes exportadores mundiais, e envolve duas variantes: financiamento das exportações e "marketing". Na primeira, o papel do governo brasileiro seria criar mecanismos apropriados de financiamento às exportações, considerando a mesma sistemática adotada pelos outros países exportadores. Nas exportações agrícolas, devido as características cíclicas da agricultura e ao elevado grau de competitividade dos mercados agrícolas, esses mecanismos são cruciais. Na segunda (marketing), a política envolveria, em primeiro lugar, a alocação de recursos destinados exclusivamente à promoção dos produtos brasileiros no exterior, com base em dois objetivos: ampliação dos mercados tradicionais e criação de novos mercados. A recém-criada APEX, sem dúvida, pode ter um papel relevante nesse processo.

A outra categoria envolve o estabelecimento de uma diplomacia comercial mais agressiva, atuando concretamente para eliminar as barreiras comerciais contra produtos agrícolas brasileiros em alguns países.

Paralelamente, é fundamental robustecer o agronegócio em nosso País, na sua dimensão empreendedora. Precisamos de mais empreendedores, em toda extensão e amplitude das diversas cadeias agroprodutivas, para viabilizar as metas propostas pelo governo brasileiro para o ano 2002. É evidente que temos que ter sabedoria e competência para aproveitar as grandes oportunidades no mercado internacional. A conjugação de qualidade, produtividade, tecnologia e profissionalismo, assentada em um mecanismo de gestão eficaz é o pré-requisito básico.

Estima-se que para aumentar as exportações do agronegócio para US\$ 45 bilhões em 2002, seria necessário incorporar mais de 26,1 milhões de hectares ao processo produtivo (15 milhões de hectares em pastagens, 9,0 milhões de hectares na produção de grãos, 1,0 milhão de ha de algodão, 600 mil ha de café e 500 mil hectares na fruticultura). Somente no caso dos grãos seria necessário um acréscimo na produção nacional da ordem de 35 milhões de toneladas (a produção passaria do nível atual de 80 milhões de toneladas para 115 milhões de toneladas). De acordo com alguns cálculos existentes seriam gerados mais de 10 milhões de empregos diretos e indiretos em toda a cadeia do agronegócio, ou seja, quase 350.000 postos de trabalho para cada US\$ bilhão a mais nas exportações. No setor industrial, a relação é de 80.000 empregos para cada US\$ bilhão.

Finalmente, no atual contexto, achamos conveniente a criação de uma agência de desenvolvimento do agronegócio com a responsabilidade de promover e articular nacional e internacionalmente o Brasil como o país de oportunidades e potencialmente líder no agronegócio mundial, bem como desenvolver estratégias de atração de investimentos (principalmente na forma de capital de risco) de tecnologias, de promoção comercial e de comercialização de produtos para toda a cadeia do agronegócio.

<sup>(1)</sup> Secretário Executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

<sup>(2)</sup> Najberg, S. e Vieira, S. "Modelos de Geração de Empregos Aplicados à Economia Brasileira: 1985-95" Revista BNDES, junho 1996.

<sup>(3)</sup> Complexo lácteo, complexo tabaco, frutas, complexo soja, trigo, carne bovina, e carne suína, açúcar, milho, carne de frango, café, algodão, vinho, cacau, chocolate e couros.